

SETOR ELÉTRICO

579 É SANCIONADA PELO GOVERNO

A presidenta Dilma Rousseff sancionou na última terça-feira, dia 14, a lei de conversão à Medida Provisória 579, que trata da renovação das concessões de energia elétrica e da redução das tarifas de energia no país. Fruto de um longo debate onde os sindicatos componentes da Intercel e da Intersul estiveram trabalhando ativamente, a renovação das concessões é uma vitória da sociedade brasileira, pois garante a continuidade da gestão pública em uma área estratégica e de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Desde o início dos debates, os sindicatos da Intercel e da Intersul, através da Plataforma Operária e Camponesa para Energia, instância que reúne movimentos sindicais e sociais, em conjunto com a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) estiveram lutando pelo fortalecimento das instituições públicas e dos direitos dos trabalhadores como forma de retorno à sociedade.

Infelizmente, a Lei 12.783, originada da MP 579, ainda não contempla boa parte das necessidades do setor elétrico nacional e a oneração das empresas públicas as deixa vulneráveis, lançando os trabalhadores num estado de insegurança e apreensão. Enquanto o debate da renovação das concessões privilegiou o setor industrial, as propostas dos trabalhadores para transformar o setor elétrico no principal pilar da soberania do país e para o fortalecimento do papel público das estatais não foi sequer ouvida pelo governo. Nesta realidade, além da sociedade receber uma redução do preço da energia bem menor do que os grandes grupos econômicos (que não repassarão aos trabalhadores os lucros oriundos da “bondade” do governo - feita com dinheiro público), os empregados das empresas estatais ainda têm que conviver com a ameaça de retirada de direitos, com as possíveis demissões escamoteadas por incentivos ao desligamento. Ou seja, pretendem penalizar os trabalhadores jogando sobre suas costas toda responsabilidade de um governo que está reduzindo drasticamente a capacidade de investimentos das estatais; o que pode prejudicar em muito a necessária expansão do setor elétrico brasileiro e comprometer a qualidade dos serviços prestados a toda população.

Entre brigas partidárias, onde ficam os eletricitários?

A Renovação das Concessões de Energia Elétrica também vem sendo tratada como uma guerra política entre o governista Partido dos Trabalhadores (PT) e o oposicionista Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Segundo reportagem do jornal Brasil de Fato da última semana de 2012, a rejeição à antecipação da renovação das concessões pelos governos tucanos de Minas Gerais, São Paulo e Paraná “dão respaldo à burguesia política do setor”. De acordo com a reportagem, a briga entre os partidos, virtuais protagonistas na corrida de sucessão presidencial em 2014, pode fazer “o governo Federal não atingir a meta de redução de 20,2% da tarifa de luz. Além disso, segundo o jornal, a postura do PSDB “reforça os interesses dos acionistas que ganham dinheiro através das empresas de energia elétrica” que, “terão seus investimentos bastante diminuídos para que o

povo brasileiro e as indústrias paguem menos pela energia elétrica”. Enquanto a sociedade assiste de camarote a briga, torcendo pela redução da tarifa de energia, os trabalhadores do setor convivem com uma realidade de agonia. Enquanto defendem a diminuição do valor pago pela energia, sofrem com a falta de respaldo às empresas públicas, com o atropelo político que não debateu as propostas dos trabalhadores para o fortalecimento do setor elétrico e lutam contra investidas aos seus direitos. A atual situação do trabalhador é dramática: estão todos entre a cruz e a espada. Além de sofrerem com a oneração das empresas e com a tentativa de repasse da redução de receita aos trabalhadores, algumas emendas propostas que trariam benefícios à categoria não foram contempladas no texto final, sofrendo veto da presidenta – o que é, no mínimo, um absurdo!

Presidenta veta indicador de saúde e segurança do trabalhador

Conforme noticiamos na edição 1155 do Linha Viva, uma emenda apresentada pelo deputado Vicentinho e aprovada pelos deputados e senadores, visava a criação de um indicador de saúde e segurança do trabalhador como um dos itens que deveria impactar na definição da tarifa das empresas do Setor Elétrico e que servisse também para avaliar a sua eficiência.

No início de 2013, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) divulgou uma carta aberta à presidenta Dilma, ressaltando a importância da emenda: a emenda “é de suma importância para a saúde e segurança dos milhares de eletricitários brasileiros, vez que a inobservância das normas de segurança pelas concessionárias e o emprego de mão de obra terceirizada, de baixa qualificação, tem provocado um número alarmante de acidentes graves e fatais.

Com a alegação de que a proposta pretendia atribuir à Aneel competência estranha à sua finali-

dade institucional, a presidenta vetou a emenda, perdendo uma grande oportunidade de tornar o setor elétrico mais seguro e acabar com o triste dado de que 75 trabalhadores morrem por ano, em decorrência de acidentes de trabalho no setor elétrico. Sobre a falta de competência da Aneel no assunto a FNU manifestou que “há outros exemplos de atuação da Aneel, no estabelecimento de limites para padrões de segurança, como é o caso da Lei 11.934/2009, sancionada por V. Excelência, que trata da exposição da população e dos trabalhadores à radiação não-ionizante no sistema elétrico”.

Será que não está por traz da suposta justificativa do veto da presidenta Dilma a real intenção de terceirizar ainda mais o setor elétrico; contribuindo assim para aumentar a precarização do trabalho e diminuir a qualidade dos serviços prestados a sociedade? Na avaliação dos sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul, o veto à emenda jogou

fora mais uma oportunidade de debater e cobrar a responsabilidade das empresas com a saúde e segurança dos trabalhadores eletricitários, que expõem a vida para garantir o fornecimento de energia de qualidade a todos consumidores. Além disso, perdeu-se um momento oportuno de se refletir de forma séria e coerente sobre as consequências nefastas da terceirização; visando erradicar precarização das condições de trabalho e a exposição a riscos de saúde e segurança e evitar uma maior exploração dos trabalhadores em favor de lucros exorbitantes.

Com a certeza de que o debate e a luta devem continuar, os sindicatos integrantes da Intercel e da Intersul conclamam os trabalhadores a permanecerem unidos em defesa de um setor elétrico realmente público, com tarifas de energia mais baixas principalmente para a população e a garantia de respeito aos trabalhadores - os verdadeiros produtores da riqueza nacional.



Greve de julho de 2012: a verdade dos fatos

Devido aos impasses estabelecidos no processo de negociação da data-base 2012 com a Eletrobras culminou-se, após 22 anos, numa greve por tempo indeterminado. A paralisação ocorreu no mês de julho e obteve a adesão massiva da categoria. A quantidade de empregados que participou do movimento, legítimo e legal, demonstrou – por si só, o descontentamento com a proposta apresentada pela Eletrobras visando o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

Além do fato surpreendente: uma greve após 22 anos, com a participação expressiva dos empregados. Qual foi a outra surpresa? A falta de palavra! O representante da diretoria da Eletrobras não honrou, até agora, com o compromisso assumido na mesa de negociação. Qual seja, se os empregados decidissem pela aceitação da proposta da Eletrobras e suspendesse a greve, a questão dos dias parados seria discutida após 60 dias. Nas palavras do Diretor Administrativo da holding, Miguel Colassuono, era preciso “acalmar os ânimos e voltar a tratar do assunto num momento mais tranquilo, fora dos holofotes da mídia e da pressão que recaía sobre a Eletrobras”.

Os dirigentes sindicais acharam razoável o encaminhamento do referido Diretor que falava em nome da Eletrobras, porque havia de fato uma pressão da presidenta Dilma que

se descontasse os dias parados de qualquer jeito (nesse momento, é bom lembrar, cogitava-se também o desconto da greve dos servidores federais). Enfim, era um cenário difícil dentro do governo federal e de pressão de alguns órgãos que insistiam no desconto. Cientes dessa realidade, as partes envolvidas – como é de praxe numa negociação, buscaram uma saída para o impasse. Além desse compromisso de não se tomar nenhum tipo de atitude por parte da Eletrobras, sem antes voltar a negociar com os sindicatos, o Diretor Colassuono também garantiu que se houvesse a compensação/desconto seria de 50% (qual seja, o trabalhador entraria com uma parte e as empresas com a outra). De lá para cá, o que houve foi o atropelamento da Eletrobras que através de seu presidente, José da Costa Neto, orientou em setembro a todas subsidiárias da holding que exigisse a compensação dos dias parados ou efetivasse o desconto – conforme o caso. Essa atitude foi rechaçada de imediato pelas entidades sindicais que, depois de idas e vindas, de muita enrolação e mentira por parte da direção da Eletrobras ainda tem que dar satisfação à categoria como se os sindicatos fossem o culpado por tal despropósito.

Para não perderem o foco, os trabalhadores precisam direcionar as “armas” aos verdadeiros (ir)responsáveis por

esse processo. É preciso ter claro os objetivos dessa atitude que visa fragilizar as entidades sindicais, dividir e amealhar os empregados. É preciso ter claro o recado dessa gestão para a campanha de data-base 2013 que se avizinha: Fiquem quietos nos seus cantos, produzam, não reclamem e se contentem com o que virá! O momento de fato está a exigir maior compreensão da realidade, mais união e participação da categoria, bem como o fortalecimento dos laços de confiança.

Na reunião que ocorreu ontem dos sindicatos que compõem a Intersul e até o fechamento desta edição não dispúnhamos dos encaminhamentos, no entanto, temos conhecimento de que nenhuma empresa da holding comunicou aos trabalhadores(as) a compensação ou desconto dos dias até o final de janeiro, como fez a direção da Eletrosul. O que o LV pode informar por ora, é que os sindicatos integrantes da Intersul, buscarão, juntamente com os da Intersindical, meios legais objetivando barrar toda essa insanidade administrativa que só contribui para aumentar ainda mais o grau de apreensão e de insegurança dos empregados; justamente num momento em que as empresas precisam contar com a motivação de todos(as) para suplantar os desafios colocados ao setor elétrico brasileiro. Aguarde novas notícias.

CELESC

Representante dos empregados no Conselho de Administração apresenta voto em Diretor Comercial ao Conselho

O Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Jair Maurino Fonseca, encaminhou carta ao Conselho de Administração, solicitando o registro em ATA à sua manifestação favorável ao Diretor Comercial eleito pelos trabalhadores Eduardo Cesconeto. Jair não pôde participar da reunião do Conselho de Administração desta quinta-feira, dia 17, por conta de compromissos assumidos com familiares em relação ao gozo de férias. No entanto, conforme justificado através do Boletim do Conselheiro nº 39, encaminhado aos trabalhadores na segunda-feira, dia 14, Jair havia solicitado ao CA, durante a preparação e aprovação do calendário de reuniões para 2013, para que a reunião de janeiro não fosse agendada de forma a coincidir com seus compromissos, uma vez que estes já haviam sido informados ao conselho e estavam agendados a mais de 6 meses. Segundo Jair, a solicitação visava a efetiva representação dos trabalhadores em todos os debates, ressaltando que “várias reuniões já foram adiadas ou até mesmo tiveram sua pauta não debatida pela ausência de um ou outro conselheiro” e que “infelizmente neste ponto o tratamento não foi igualitário”.

Jair ainda deixou claro aos trabalhadores que, mesmo não participando da reunião presencialmente continuou “acompanhando a pauta da reunião e, com o auxílio dos sindicatos que compõem a Intercel, mantendo a representação e fiscalização dos assuntos de interesse dos trabalhadores”. Desta forma, ainda adiantou aos trabalhadores que não recebeu nominata nem material do Conselho que possibilite o voto na sucessão do Diretor de Distribuição, considerando que o mesmo, segundo notícias veiculadas nos jornais do estado, deve ser indicado para assumir a presidência da Celesc. Com relação à possível indicação de Cléverson Siewert para presidência, Jair também manifestou-se em carta “favorável ao seu nome, pela defesa da continuidade administrativa, pois muitos projetos de revitalização da empresa foram também assumidos pelo então Diretor Cléverson e deverão ser mantidos”.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricários de SC
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Henri Machado Claudino
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161
 E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRACTEBEL

Tractebel cancela negociação do ACT marcada para esta quinta-feira

Estava agendada para esta quinta-feira, 17/01, uma nova reunião de negociação do ACT dos empregados da Tractebel. Entretanto, na manhã de ontem, 16/01, a empresa cancelou a reunião, alegando ainda não ter uma proposta para apresentar aos trabalhadores. A Tractebel ainda não confirmou nova data para a retomada das negociações. Para os dirigentes sindicais da Intersul o que foi proposto pela empresa até agora apresenta avanço em algumas questões, como por exemplo, o valor do vale alimentação e a pensidade, mas ainda é insuficiente para ser encaminhado favoravelmente nas assembleias.

Faltam respostas positivas e definitivas para muitas questões importantes para os empregados, entre as quais se destacam:

- **Ganho real, no mínimo, igual ao acordado no ano passado (1,26%);**
- **Proposta para a PLR, inclusive com relação à parcela linear (R\$ 3.000,00);**
- **Avanços com relação às questões da PREVIG;**
- **Vale extra;**
- **Auxílio Educação, contemplando creche para todos.**

Cabe ressaltar que o auxílio creche, uma das questões mais cobradas pelos empregados, tem sido destacado pela revista Exame (100 melhores empresas para se trabalhar) como um dos melhores benefícios concedidos pela empresa, embora atenda somente aos filhos das empregadas, número hoje inferior a 20 crianças.

A Tractebel, uma empresa que tem atendido muito as questões sociais, do público externo, deveria neste momento ouvir mais o seu público interno e sensibilizar-se com a necessidade da categoria, estabelecendo o benefício para todas as crianças dependentes de seus empregados, sem distinção. Além de estar atendendo a um dos principais anseios dos empregados a empresa estaria contribuindo para diminuir o déficit de vagas em creches públicas existente no país, estimado em mais de 8 milhões, segundo dados do MEC.

“Esperamos que as respostas para os pontos destacados sejam positivas, pois são fundamentais para que o ACT 2012/2013 seja de fato aprovado pelos empregados nas assembleias”, ressalta Roberto Vencato (Betinho), coordenador da Intersul na negociação.

CELESC

A realidade do atendimento comercial

Não é de hoje que os sindicatos que compõem a Intercel vem denunciando o descaso da Celesc com o Atendimento Comercial, seja pela precariedade dos serviços prestados pelas terceirizadas, que tem deixado muito a desejar, ou pelas péssimas condições de trabalho a que são submetidos os atendentes comerciais, que trabalham expostos à ruídos (como no caso do escritório de Biguaçu), com mobiliário inadequado, péssima infraestrutura e sem um setor estruturado para dar-lhes apoio. A situação se agravou ainda mais nestas últimas semanas com o fim do contrato com algumas terceirizadas, fato que deixou vários consumidores que tiveram o fornecimento de energia suspenso por falta de pagamento sem o serviço de religação por até oito dias, já que nem os pedidos de religação comum (que devem ser concluídos em até 24hs)



a empresa conseguiu efetuar com pessoal próprio no prazo correto. Além disso, dentro da Agência Regional de Florianópolis, as ordens de serviço se acumulam nas mesas, sem ninguém para efetivá-las no sistema, já que muitos funcionários estão saindo no PDV e os que ficam já estão sobrecarregados. Assim, no caso de ligações novas, por exemplo, o consumidor em campo, já ligado, consome energia normalmente, porém este consumo não poderá ser cobrado uma vez que sua ligação nova não está registrada por falha da empresa. Segundo a Resolução 414/2010 da Aneel consumos acumulados por responsabilidade da distribuidora não podem ser faturados. Daqui a quatro ou cinco meses, quando os registros forem feitos, milhares de KW/h terão sido fornecidos sem nenhuma cobrança. Esta é a gestão que está aí instalada! Prova que a Celesc atualmente não possui efetivo mínimo para dar conta de suas atividades-fim.

Os atendentes, por sua vez, fazem o impossível para tentar minimizar os impactos de tanta precarização. Mas com poucos funcionários para oferecer apoio e sem acesso a aplicativos simples do sistema, o que podem fazer é registrar reclamações em cima de reclamações, o que de pouco adianta já que tampouco estas são atendidas. O único resultado que temos são atendentes ainda mais estressados e adoecidos. Enquanto isso, em algumas Agências Regionais, uma auditoria para a certificação da ISO 9001-2008 pela Qualidade no Tratamento das Reclamações do Cliente foi feita e a manutenção desta conquistada. O que nenhum funcionário que conhece a realidade do atendimento consegue responder é: como o corpo gerencial da empresa conseguiu tal proeza em meio ao caos instalado?

Os sindicatos que compõem a Intercel estão mais do que nunca lutando por um concurso público consistente, que contrate a quantidade de trabalhadores necessária para oferecer um bom serviço à população catarinense e dar condições dignas de trabalho aos Celesquianos.

ELETROSUL

Reestruturação ou trocando os pés pelas mãos?

A diretoria da Eletrosul já teve algumas oportunidades para mostrar seu respeito para com os empregados. Uma delas foi quando estabeleceu a “nova” política de operação. Outra, quando reestruturou o hoje chamado DEA (Ex DPM). Agora na criação do “pool” administrativo da sede, saiu atropelando as pessoas com uma ação precipitada uma vez que está em curso o Plano de Incentivo ao Desligamento - PID e não se sabe ainda como ficará o quadro de pessoal da empresa. A justificativa para essa atitude extemporânea está fundamentada na necessidade de redução de custo.

Mas desde quando realocar empregados para fazer as mesmas funções reduz custo? Menos três chefias de setor? Ora, mas chefia de setor é uma função sem remuneração! Onde está a redução de custo, então? Na opinião dos sindicatos que compõem a Intersul, a empresa pode estar gerando um passivo trabalhista criado pela necessidade de equiparação de empregados com salários muito diferentes executando as mesmas atividades dentro do “pool”. Isto não sairia muito mais caro?

Então, se não há efetiva redução de custo há que haver uma melhoria nos processos, certo? Pergunte a qualquer um dos empregados, se o processo atual não é muito mais fluido e direto, muito menos custoso e rápido. E se é para mudar, por que não fortalecer os departamentos e suas áreas especializadas na execução das várias atividades que estarão “esquecidas” no pool. Por que não ouvir a área de desenvolvimento de pessoal antes de tudo e pensar na correta alocação dos profissionais conforme suas aspirações e capacidades.

O treinamento e a frequência sempre foram atividades de gestão de pessoas (DGP), o orçamento, atividade desempenhada pelo departamento de planejamento orçamentário (DPO), os pagamentos, executados pela área de operações financeiras (DOF), guias de viagem, uma atribuição da área de infraestrutura e transportes (DGI), e assim por diante.

Assim como em outros processos a diretoria da Eletrosul diz estar aberta a sugestões dos empregados, mas eles não ouvem ninguém. Portanto, fique alerta, a próxima reestruturação pode estar acontecendo. Os trabalhadores precisam continuar atentos e unidos!



2013: ano com forte risco de flexibilização dos direitos trabalhistas

por André Santos* e Neuriberg Dias**

Uma das formas de avaliar o comportamento do Congresso em relação aos direitos dos trabalhadores consiste em analisar o resultado das votações ao longo da legislatura. Outra, também válida, resulta do exame dos projetos apresentados na Câmara e no Senado.

Neste último quesito, a partir de 2011, identificamos um forte movimento pela precarização das relações trabalhistas por parte de alguns parlamentares, inclusive da base de apoio ao governo. Naquele ano foram apresentados vários projetos com o propósito de extinção ou afrouxamento de direitos previstos na CLT, além da tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais.

A consequência desse ambiente hostil – que impediu que temas como redução da jornada, fim do fator previdenciário e estabilidade de dirigentes sindicais avançassem – foi a de o movimento sindical começar a agir defensivamente para evitar retrocessos, como a eventual aprovação de matérias contrárias aos trabalhadores.

A investida sobre as relações trabalhistas não arrefeceu em 2012, pelo contrário. A pressão foi intensa, mas o fato de ter havido incentivos fiscais e monetários ao setor empresarial, de um lado, como a desoneração da folha de salários, e, de outro, o presidente da Câmara ter origem no movimento sindical, ajudaram no sentido de evitar o avanço sobre direitos.

Para 2013, na economia, o humor vai depender das relações estabelecidas para recuperar a Europa e, na política, dependerá da mudança das presidências das Casas do Congresso, particularmente da Câmara, cujos potenciais candidatos não possuem relações com o movimento sindical. O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) presidiu a Comissão de Trabalho quando foi votado o projeto de flexibilização da CLT, durante o governo FHC, e o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) é autor do projeto que propõe o simples trabalhista. Se persistir um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tímido, inferior a 3% em 2013, sem uma retomada com vigor dos investimentos, o setor empresarial ampliará a pressão sobre os direitos trabalhistas, alegando que os incentivos fiscais e monetários não foram suficientes para manter os empregos tampouco para gerar novos neste ano.

Além disto, a ausência de diálogo da presidente com as centrais sindicais favorece esse ambiente pró-mitigação dos direitos trabalhistas. Desde a posse de Dilma, as entidades sindicais aguardam uma sinalização da presidente em relação a três pontos que os trabalhadores consideram essenciais: 1) a redução da jornada, 2) a proteção contra a despedida imotivada e 3) o fim do fator previdenciário.

Com um governo distante dos trabalhadores, sem os diálogos que existiam na gestão do ex-presidente Lula, e um Congresso sensível à demanda empresarial, a precarização nas relações de trabalho pode ganhar força.

A presidente Dilma, conforme editorial do /Boletim do DIAP/ de outubro de 2012 estruturou seu governo em quatro fases. Na primeira destinou-se a acalmar a mídia e os estratos médios. Na segunda, a combater a crise internacional. Na terceira, a abrir à iniciativa privada setores estatais. E, na quarta, promover mudança no Mundo do Trabalho, começando pela adoção da previdência complementar para os servidores.

Do lado empresarial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) listou 101 propostas de “modernização das relações trabalhistas” e apresentou à presidente Dilma Rousseff um pacote para modificar a legislação trabalhista. Para a representante empresarial, isso tornaria a indústria mais competitiva e contribuiria para o desenvolvimento sustentável do País.

O ambiente político, portanto, requer atenção redobrada dos trabalhadores sobre o Congresso e também sobre o Executivo para evitar o enfraquecimento das relações entre o capital e trabalho. O movimento sindical precisa pressionar por diálogo e promover campanhas e marchas para pautar os temas de seu interesse, sob pena de prevalecer a agenda empresarial.

Ou o governo, por pressão dos trabalhadores e suas entidades, deixa claro de que lado está ou ficará sem forças para impedir retrocessos nas relações de trabalho. E o meio para isto é a pressão e a cobrança sobre a presidente Dilma.

Veja as principais proposições que atacam os direitos dos trabalhadores apresentadas em 2011 e 2012:



AMEAÇAS APRESENTADAS EM 2011

PL 948/2011 – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho.

PL 951/2011 – flexibiliza os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas.

PL 1.463/2011 – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas com a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado.

AMEAÇAS APRESENTADAS EM 2012

PL 3.785/2012 – cria o contrato de trabalho intermitente que busca a formalização do trabalho eventual e por hora trabalhada.

PL 4.193/2012 – assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos prevendo a prevalência sobre o legislado.

PLS 252/2012 – modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais.

(*) Especialista em política e representação parlamentar, é jornalista e assessor parlamentar do Diap

(**) Assessor parlamentar do Diap

